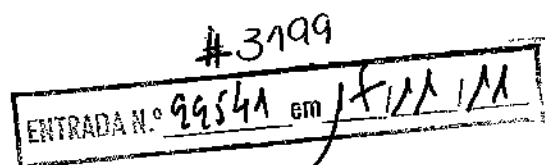




Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa
5ª Unidade Orgânica



Exmo(a). Senhor(a)
Dr(a) Teresa de Melo Ribeiro
Avª da Liberdade, Nº 224
1250-148 LISBOA


Proc. n.º 2619/11.5BELSB	Outros processos cautelares [DEL.825/05]	Data: 16/11/2011
Intervenientes: Autor: OET - ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS; Réu: <u>Ordem dos Engenheiros</u>		

Assunto: Sentença

Fica V. Ex.ª notificado, na qualidade de Mandatário, relativamente ao processo supra identificado, da sentença/acórdão de que se junta cópia.

Lisboa, 16 de Novembro de 2011

O Oficial de Justiça,


Ilda Maria De Jesus/Vicente Estevão



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Proc. n.º 2619/11.5BELSB	Outros processos cautelares	Conclusão 15/11/2011
Intervenientes: Autor: OET - ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS; Réu: Ordem dos Engenheiros		

Antes de mais importa ponderar e ter presente os seguintes factos e circunstâncias:

Os processos cautelares caracterizam-se pela cognição sumária da situação de facto e de direito;

Nos presentes autos, as peças das partes, correspondentes documentos e Processo Instrutor, fornecem já todos os elementos necessários, mostrando-se a prova documental oferecida suficiente para aferição dos requisitos legais necessários à adopção da providência cautelar, sendo pois desnecessárias quaisquer outras diligências de prova (Cfr. n.º 3 do artigo 118.º do CPTA).

*

I - RELATÓRIO

A **Ordem dos Engenheiros Técnicos**, NIF 504 923 218, com sede na Praça Dom João da Câmara, n.º 19, 2.º 1200 – 147 Lisboa, veio, em 3 de Outubro de 2011, propor contra a **Ordem dos Engenheiros** “providencia cautelar de suspensão de eficácia de acto administrativo e de norma e de intimação para a abstenção de conduta”

Particiona-se a final (Cfr. fls. 13 e 14 Proc.º físico):

- a) Suspensão da eficácia dos anteriormente identificados actos administrativos da Assembleia de representantes da Requerida OE e disposições regulamentares do RAQ (nos termos da alínea a);
- b) Intimação da Requerida OE para se abster da prática de quaisquer actos de execução relacionados, directa ou indirectamente, com os mesmos actos administrativos e disposições regulamentares do RAQ (nos termos da alínea f);



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

- c) Intimação da Requerida OE para se abster da prática de qualquer publicidade relacionada com tais actos e disposições, incluindo a intimação para a retirada das respectivas menções do seu site ou página electrónica (nos termos da alínea f);

Mais foi requerido o decretamento provisório das peticionadas providencias cautelares, nos termos do Artº 131º nº 3 CPTA.

Em 4 de Outubro de 2011, atento, designadamente, o facto de vir requerido o decretamento provisório das referidas providências cautelares, foi proferido o **Despacho** que infra se transcreve (Cfr. fls. 50 a 54 Procº físico):

*“A **OET - ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS**, com o NIF 504 923 218, com sede na Praça Dom João da Câmara, nº 19, 2º 1200 – 147 Lisboa, veio em 3 de Outubro de 2011, “intentar contra a **Ordem dos Engenheiros** ... providência cautelar de suspensão de eficácia de acto administrativo e de norma e de intimação para a abstenção de conduta”, mais se requerendo, a final, nos termos do nº 3 do Artº 131º do CPTA, o decretamento provisório das peticionadas providencias cautelares.*

Em face do requerido decretamento provisório da providência, nos termos do Artº 131º do CPTA, importa analisar prioritariamente a referida questão.

Vejamos então o que nos diz a doutrina quanto ao requerido decretamento provisório da providência, mormente o Artº 131º do CPTA.

Mário Aroso de Almeida refere in “Novo regime do Processo nos Tribunais Administrativos – (3ª Ed. Pag. 310) que “Na verdade, o Artº 131º, institui um regime especialmente célere de decretamento, a título provisório, de providências cautelares destinadas a tutelar direitos, liberdades e garantias que de outro modo não possam ser exercidos em tempo útil ou, em todo o caso, a dar resposta a situações de especial urgência. De acordo com o Artº 131º nº 3, o decretamento provisório tem lugar quando o tribunal dê razão à avaliação que o requerente faz a propósito da urgência, por reconhecer a possibilidade



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

de lesão iminente e irreversível do direito, liberdade ou garantia invocado ou a existência de outra situação de especial urgência.

O que está em causa no Artº 131º é assegurar que, quando as circunstâncias o justifiquem, o tribunal conceda a providência cautelar imediatamente após a apresentação do pedido. Esta concessão é dada logo no início do processo cautelar e destina-se a evitar o “periculum in mora” do próprio processo cautelar, evitando os danos que possam ocorrer na própria pendência do processo cautelar.

Trata-se assim, de antecipar, a título provisório, e apenas para dar resposta a uma situação de especial urgência durante a pendência do processo cautelar, a concessão de uma providência cautelar que pode ser decretada nos termos normais e que, por isso, cumprirá decidir, no momento próprio do processo cautelar, se deve ser confirmada para valer durante a pendência do processo principal”.

Diz ainda o mesmo autor que “...o Artº 131º tem em vista situações em que faz todo o sentido a concessão de uma providência cautelar, sem prejuízo da decisão que venha a ser proferida no processo principal e até sem prejuízo da decisão definitiva que, a propósito da manutenção ou não da providência provisoriamente decretada, venha a ser proferida no próprio processo cautelar.”

Refere, por outro lado, o Juiz Conselheiro Jorge Lopes de Sousa, in nº 47 dos Cadernos de Justiça Administrativa, a propósito desta questão “...que não havendo fundamento para rejeição liminar, o decretamento provisório da providência cautelar dependerá apenas da existência de periculum in mora e da sua iminência. A pergunta prática que o juiz deve formular a si próprio poderá ser a seguinte: se não decretar imediatamente a providência ... e o autor, a final, vier a obter o sucesso no meio processual principal, o seu direito ... ou interesse legítimo poderá ficar irreversivelmente prejudicado, por não ser viável reconstituir a situação que existiria se esse direito ou interesse não tivesse sido lesado?”

Na controvertida situação e tendo em consideração tudo quanto supra foi sendo expandido, não temos dúvidas em afirmar que o não decretamento



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

provisório da providência, caso o autor venha a ter vencimento no meio processual principal, ou mesmo no cautelar, não fica prejudicado sendo reconstituível a situação que existiria se esse direito não tivesse sido lesado, em face do que se não justifica o seu deferimento, por se tratar de um regime de especial urgência que aqui se não verifica, nos termos do Artº 131º do CPTA.

DECISÃO:

1- Assim, sem necessidade de mais desenvolvimentos rejeita-se, o requerido decretamento provisório da providência, requerido pela Autora, nos termos do Artº 131º do CPTA, relativamente aos Presentes Autos.

*2 - Admite-se o Requerimento relativo à Providência Cautelar contra a **Ordem dos Engenheiros**.*

*3 – Cite-se a Entidade Requerida, **Ordem dos Engenheiros**, para responder, no prazo de **10 (dez) dias** (Cfr. n.º 1 do artigo 117.º, n.º 1 alínea e) e n.º 2 do Artigo 36º, ambos do CPTA e artigo 144.º do CPC aplicável ex vi artigo 1.º do CPTA), com a advertência de que na falta de oposição se presumem verdadeiros os factos invocados pelo requerente (nº 1 do Artº 118º CPTA).*

A Ordem os Engenheiros veio a apresentar a sua Oposição em 17 de Outubro de 2011 (Cfr. fls. 59 a 124 Procº físico), suscitando, designadamente “a falta de pressupostos processuais necessários à apreciação das providencias cautelares”, concluindo, a final, no sentido de que:

- a) Seja recusada a apreciação de todas as providências cautelares requeridas, com a consequente absolvição da Requerida da Instância e;*
- b) Seja recusada a adopção de todas as providências cautelares requeridas, por manifestamente não provadas e improcedentes”.*



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Em 20 de Outubro de 2011 foi apensado aos Autos o correspondente **Processo Administrativo** (Cfr. fls. 168 Procº físico)

Igualmente em 20 de Outubro de 2011 veio a Entidade Requerida juntar “Resolução Fundamentada” (Cfr. fls. 173 a 175 Procº físico) na qual se dá conta que o Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros reconheceu “... nos termos e para os efeitos do disposto nos Artºs 128º, nº 1 e 130º, nº 4 do CPTA, que o diferimento da execução das deliberações e normas supra identificadas seria gravemente prejudicial para o interesse público que por lei compete à Ordem dos Engenheiros prosseguir”.

Tendo sido facultado, por despacho de 25 de Outubro de 2011 o Contraditório à Requerente, relativamente à Oposição apresentada pela Requerida, veio aquela, em 9 de Novembro de 2011 a pronunciar-se (Cfr. fls. 187 a 206 Procº físico).

Uma vez que o contraditório pressupõe apenas resposta face a questões prévias/excepções que possam comprometer a análise da questão substantiva submetida a apreciação, entende-se como não escrito tudo quanto constando do referido requerimento, extravase tal desiderato.

II Pressupostos Processuais

Tendo sido suscitada questão prévia importa proceder à sua análise, atento, designadamente, o princípio “pro actione” insito no Artº 7º do CPTA, que determina que *“as normas processuais devem ser interpretadas no sentido de promover a emissão de pronuncias sobre o mérito das pretensões formuladas”*.



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Da Falta de interesse em agir da Requerente

Defendem, em síntese, a Entidade Requerida que a Requerente não tem “um interesse em agir digno de protecção jurídica”.

No art. 9º, nº 1 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos o legislador consagrou a regra geral de que o “autor é considerado parte legítima quando alegue ser parte na relação material controvertida”.

Prescrevendo o art. 112º, nº 1 do mesmo Código no que aos processos cautelares diz respeito que “Quem possua legitimidade para intentar um processo junto dos tribunais administrativos pode solicitar a adopção da providência ou das providências cautelares (...) que se mostrem adequadas a assegurar a utilidade da sentença a proferir nesse processo.”

Atenta a relação que o processo cautelar tem como a causa principal – “o processo cautelar depende da causa que tem por objecto a decisão do mérito” (cfr. n.º1 do art. 113º do CPTA).

Aqui chegados, e na presença da alegação produzida pela Requerente, independentemente do que, a final, se decidirá, mostra-se que, potencialmente, poderá aquela retirar vantagem do requerido, o que desde logo lha assegura um interesse processual no prosseguimento do presente Processo.

Conforme ensinava o Professor Manuel de Andrade (in Noções Elementares de Processo Civil, Ed. de 1979, pág. 83), a averiguação da legitimidade “Traduz-se em ser o demandante (legitimação activa) o titular do direito e o demandado (legitimação passiva), o sujeito da obrigação, suposto que o direito e a obrigação na verdade existam. Para isso não se atende só aos



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

termos em que o demandante configura a relação, mas - em princípio, ou pelo menos até certo ponto - à sua entidade ou fisionomia real".

Antes e no mesmo sentido, ensinara Alberto dos Reis, que: "O problema da legitimidade vem a cifrar-se nisto: parte-se da hipótese de que existem o direito e a obrigação que se pretendem tornar efectivos e procura averiguar-se se estão em juízo os sujeitos desse suposto direito e dessa suposta obrigação" (in Bol. Fac. Dir, VIII, pág. 86).

Assim, outra não poderá ser a solução do que considerar que a Requerente é parte na relação material, tal como a configura, atento o peticionado.

Com efeito, o legislador estabeleceu no art. 55º, nº 1, alínea a) do CPTA que "Tem legitimidade para impugnar um acto administrativo, quem alegue ser titular de um interesse directo e pessoal, designadamente por ter sido lesado pelo acto nos seus direitos e interesses legalmente protegidos".

A opção do legislador do pressuposto da existência de um "interesse directo e pessoal" "aponta no sentido de que a legitimidade individual para impugnar actos administrativos não tem de basear-se na ofensa de um direito ou interesse legalmente protegido, mas se basta com a circunstância de o acto estar a provocar, no momento em que é impugnado, consequências desfavoráveis na esfera jurídica do autor, de modo a que a anulação ou a declaração de nulidade desse acto lhe traz, pessoalmente, uma vantagem directa (ou imediata).



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Como é da tradição do nosso contencioso administrativo a anulação ou a declaração de nulidade de actos administrativos pode ser, portanto, pedida a um tribunal administrativo por quem nisso tenha interesse, no sentido de que reivindica para si próprio uma vantagem jurídica ou económica que há-de resultar dessa anulação ou declaração de nulidade” – cfr. Prof. Mário Aroso de Almeida, in “O Novo Regime do Processo nos Tribunais Administrativos”, 2005-4ª edição, revista e actualizada, págs. 40-41).

E no caso sub judice é óbvio o interesse da Requerente em obstar à prática de actos administrativos que segundo a sua tese não poderiam ter sido proferidos por parte da Entidade demandadas pondo em causa, alegadamente, os seus direitos e dos seus associados.

E tal apreciação só poderá ter lugar por a Requerente ser parte legítima e deter – na configuração da acção e na tutela judicial pretendida – interesse em agir nos termos e para os efeitos do disposto no art. 55º, nº 1, alínea a) do CPTA, e concomitantemente de intentar a providência cautelar destinada a evitar os prejuízos com a demora da acção principal (cfr. art. 112º, nº 1, do CPTA).

* * *

Da impugnabilidade dos Actos Administrativos da Assembleia de Representantes

Sem necessidade de particulares desenvolvimentos, atento tudo quanto precedentemente se expendeu já, uma vez que os referidos actos foram considerados como lesivos para os interesses da Requerente, até prova em contrário, mostram-se os mesmos potencialmente impugnáveis pela mesma.

* * *



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

O Tribunal é competente.

Requerente e Entidade Requerida têm personalidade e capacidade judiciárias e são dotadas de legitimidade.

Não existem outras nulidades, excepções ou questões prévias que obstem ao conhecimento do mérito da causa.

Nos presentes Autos, as peças das partes e o Processo Instrutor fornecem já todos os elementos de prova necessários, mostrando-se a prova documental oferecida suficiente, sendo pois desnecessárias quaisquer outras diligências de prova (Artº 118º CPTA).

III Factos provados:

Consideram-se assentes os seguintes factos com relevância para a decisão:

a)

A Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros aprovou em 9 de Julho de 2011 “alterações significativas ao Regulamento de Admissão e qualificação – RAQ”, permitindo a implementação da decisão tomada em 16 de Março de admitir membros detentores do Grau de licenciatura em Engenharia - pós Bolonha (Cfr. Doc. 3 PI);

b)

O Documento referido no precedente facto foi publicitado no respectivo site da Ordem dos Engenheiros, titulado como “Todos os Estudantes de Engenharia podem ser membros da Ordem dos Engenheiros” (Cfr. Doc. 4 PI);

c)

O Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ) – Projecto de alteração, aprovado na Assembleia de Representantes extraordinária de 2 e 9



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

de Julho de 2011 – foi publicado na 2ª série do Diário da Republica de 9 de Agosto de 2011, entrando em vigor em 1 de Setembro de 2011 (Cfr. Doc. 5 PI);

d)

Em 15 de Setembro de 2011 foi realizada “Sessão de Apresentação do novo Regulamento de Admissão e Qualificação às Escolas Superiores de Engenharia e Institutos Politécnicos”, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa (Cfr. doc. 6 PI);

e)

O presente Processo Cautelar deu entrada no TAC de Lisboa, em 3 de Outubro de 2011 (Cfr. fls. 2 e sg SITAF).

Nada mais se provou com interesse para a decisão em causa.

IV - DIREITO APLICÁVEL

A questão que se coloca, é a de saber se face aos elementos trazidos a juízo, e sem quaisquer outras formalidades ou diligências e à natureza do meio processual empregue, se impõe ou não deferir a pretensão requerida.

Efectivamente o Processo Cautelar, tal como o próprio nome indica, tem uma finalidade própria que consiste em assegurar a utilidade da sentença que venha a ser proferida a final, que se traduz na função de prevenção contra a possível demora na tomada da decisão pelo Julgador.

E porque assim é, o Legislador no nº 2 do art. 120º. do CPTA sublinhou a necessidade de que as providências devem limitar-se ao necessário para evitar a lesão dos interesses defendidos pelo requerente.

A natureza e finalidade dos procedimentos cautelares não se compadecem com delongas excessivas, ainda que, porventura, destas pudesse emergir uma decisão mais segura.



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Em qualquer caso, o referido não pode conduzir a uma decisão precipitada que decrete uma providência em casos em que não estejam reunidas as condições para a concessão da tutela provisória. Não pode consentir-se que, através de uma medida meramente cautelar e provisória e com base numa análise superficial do objecto do litígio, o requerente consiga obter efeitos práticos ou vantagens que jamais alcançaria, de acordo com juízos de prognose, no processo principal rodeado de maiores garantias.

Por outras palavras, as providências cautelares visam impedir que, durante a pendência de qualquer acção, a situação de facto se altere de modo a que a sentença nela proferida, sendo favorável, perca toda a sua eficácia ou parte dela. Pretende-se combater o *periculum in mora* — o prejuízo da demora inevitável do processo —, a fim de que a sentença se não torne numa decisão puramente platónica (cfr. Antunes Varela, J. Miguel Bezerra e Sampaio e Nora, Manual de Processo Civil, 2.ª ed., Coimbra Editora, p.g. 2)

Ao presente processo cautelar aplicam-se, essencial e predominantemente, as regras gerais dos procedimentos cautelares, previstas nos Artigos 112.º e seguintes do CPTA.

A concessão das providências cautelares assenta pois numa ponderação *que se encontra prevista no artigo 120.º, n.º 2, por forma a que possa ser verificado e conjugado o **periculum in mora** com o **fumus boni iuris**, segundo os critérios definidos no artigo 120.º, n.º 1.*

Nestes termos, as providências cautelares, são adoptadas:

a) Quando seja evidente a procedência da pretensão formulada ou a formular no processo principal, designadamente por estar em causa a impugnação de acto manifestamente ilegal, de acto de aplicação de norma já



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

anteriormente anulada ou de acto idêntico a outro já anteriormente anulado ou declarado nulo ou inexistente – alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA;

b) Quando, esteja em causa a adopção de uma providência conservatória, haja fundado receio da constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o requerente visa assegurar no processo principal e não seja manifesta a falta de fundamentação da pretensão formulada ou a formular nesse processo ou a existência de circunstâncias que obstem ao seu conhecimento de mérito – alínea b) do n.º 1 do Artº 120º CPTA;

Do *fumus boni iuris* – alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA

Cabe ao tribunal avaliar, sumariamente, qual o grau de probabilidade de procedência da pretensão formulada ou a formular no processo principal.

Se se considerar que é evidente a procedência da acção principal, designadamente, por estar em causa a impugnação de um acto manifestamente ilegal, deve-se, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA, decretar a providência solicitada, independentemente da prova de qualquer outro pressuposto.

O processo cautelar visa assegurar a utilidade da sentença que vier a ser proferida no processo principal e caracteriza-se fundamentalmente pela sua provisoriedade, porque não resolve definitivamente o litígio em presença, e pela cognição sumária de facto e de direito.

Assim, não cabe no âmbito deste processo cautelar avaliar se o acto impugnando é ilegal, antecipando deste modo para um processo sumário e urgente, a decisão sobre a questão de mérito do processo principal, mas tão só



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

avaliar se a alegada invalidade é tão manifesta que não deixe dúvidas sobre a necessária procedência da pretensão a julgar na acção principal.

Como refere o Prof. Vieira de Andrade, in *Justiça Administrativa* – 4ª edição, pag. 298 “o juiz deve, pois, fazer um juízo de prognose, colocando-se na situação futura de uma hipotética sentença de provimento, para concluir se há, ou não, razões para recluir que tal sentença venha a ser inútil, por se ter consumado uma situação de facto incompatível com ela, ou por entretanto se terem produzido prejuízos de difícil reparação para quem dela deveria beneficiar, que obstam à reintegração específica da sua esfera jurídica.”

“...Como decorre da universalidade das providências admitidas, tanto releva actualmente o periculum in mora de infrutuosidade, que exigirá, em regra, uma providencia conservatória, de modo a manter a situação existente, como periculum in mora de retardamento, que postulará a adopção de uma providência antecipatória, que antecipe parcial ou mesmo totalmente, ainda que em termos provisórios a solução pretendida.”

A lei não refere aquele requisito para a adopção da providência cautelar, quando a procedência da pretensão formulada seja evidente (Artº 120º nº1 a) CPTA). Há assim que concluir que neste caso o Tribunal estará dispensado da fundamentação da sua decisão no juízo de perigosidade, acompanhando, mais uma vez, o entendimento do Prof. Vieira de Andrade.

Mais refere aquele catedrático, que o juiz deve ponderar as circunstâncias concretas do caso em função da utilidade da sentença e não decidir com base em critérios abstractos, não sendo já viável o entendimento de que nunca seriam de difícil reparação os prejuízos susceptíveis de avaliação económica.



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Objectivando, veio a **Ordem dos Engenheiros Técnicos OET** apresentar contra a **Ordem dos Engenheiros** a presente providência cautelar na qual se requer em síntese a:

- a) Suspensão da eficácia dos anteriormente identificados actos administrativos da Assembleia de representantes da Requerida OE e disposições regulamentares do RAQ;
- b) Intimação da Requerida OE para se abster da prática de quaisquer actos de execução relacionados, directa ou indirectamente, com os mesmos actos administrativos e disposições regulamentares do RAQ;
- c) Intimação da Requerida OE para se abster da prática de qualquer publicidade relacionada com tais actos e disposições, incluindo a intimação para a retirada das respectivas menções do seu site ou página electrónica;

Como fundamento da ilegalidade dos actos cuja suspensão de eficácia ora requer e que determinam os consequentes pedidos de intimação, apresenta a Requerente argumentos meramente circunstanciais, factuais e conclusivos.

Atenta a natureza instrumental da tutela cautelar não se exige uma certeza absoluta quanto à existência do direito alegado nem uma prova segura e irrefutável de que ele existe.

Mas o *fumus boni juris* tem um papel determinante na concessão ou na recusa da providência, mas nem tem uma prevalência absoluta nem releva com a mesma intensidade em todas as providências.



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

De acordo com os critérios de decisão constantes da citada norma, sempre que seja evidente a procedência da pretensão principal, a providência é concedida, mesmo que não exista receio de facto consumado ou de difícil reparação (alínea a) do nº 1 do art. 120º do CPTA).

A evidência a que se refere a citada alínea, como se sumariou no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 22 de Setembro de 2005, no proc. nº 1038/05 “tem de ser entendida no sentido de que a procedência da pretensão principal se apresenta de tal forma notória, patente, de modo a não necessitar de qualquer indagação, quer de facto quer de direito, por parte do tribunal, com vista ao assentimento da convicção a formular, a qual deve ser dada de imediato pela mera alegação da manifesta ilegalidade do acto”

O juízo sobre a evidência da pretensão principal em face da manifesta ilegalidade do acto impugnado é uma solução excepcional perante situações excepcionais.

O processo cautelar visa assegurar a utilidade da sentença que vier a ser proferida na acção principal e tem, ainda, como características típicas a provisoriedade, porque não resolve definitivamente o litígio em presença e a cognição sumária da situação de facto e de direito.

Assim, não cabe no âmbito dos presentes autos avaliar se os actos controvertidos são ilegais, antecipando desse modo para um processo sumário, a decisão sobre o mérito da acção principal, mas tão só avaliar se as invalidades que lhe são imputadas são tão manifestas que não deixam dúvidas sobre a necessária procedência da pretensão a julgar na acção principal.

Atentos os pressupostos evidenciados, não se mostra evidente a procedência da presente Providência.



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

Acresce que para a Entidade Requerida – OE - a evidência será a inversa, ou seja de que inexistem quaisquer ilegalidades, sendo que as razões por si invocadas merecem por parte do Tribunal o mesmo crédito e valor que a posição da Requerente.

Neste contexto constata-se com evidência que as supostas e invocadas ilegalidades não se mostram nem pacíficas nem notórias.

Como se decidiu no Acórdão do Colendo Supremo Tribunal Administrativo, de 23.09.2004, in Rec. 893/04, in www.dgsi.pt não ocorre a evidência da procedência da pretensão formulada quando a questão jurídica fundamental subjacente ao acto é controversa.

Por todo o exposto a alínea a) do nº 1 do art. 120º, contém uma norma derogatória, para situações excepcionais, do regime de que depende a concessão de providências cautelares em circunstâncias normais, cujo sentido e alcance é afastar, para essas situações, a normal aplicação dos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do nº 1 e no nº 2 do artigo 120º (Prof. Mário Aroso de Almeida, "O Novo Regime do Processo nos Tribunais Administrativos", 3ª edição, pág. 299).

Conclui-se que não é evidente a procedência da acção principal, para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do art. 120º do CPTA.

Artº 120º nº 1 alínea b) CPTA

Passemos, de seguida, ao pressuposto de periculum in mora, a que alude a alínea b) do nº 1 do mesmo artigo, iminência de constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízo de difícil reparação para a requerente, caso a providência não seja decretada, já que dúvidas não restam que se trata de uma providência conservatória.



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

O juízo a realizar há-de ter presente que o ónus da alegação da matéria de facto, capaz de integrar os requisitos legais de que depende a concessão da providência cautelar cabe ao requerente nos termos prescritos na alínea g) do nº 3 do art. 114º do CPTA

Perfunctoriamente, refira-se que se prejuízos são invocados, mostram-se os mesmos predominantemente conclusivos, não demonstrando em que medida, objectivamente, se verificariam os mesmos, em relação directa, designadamente, com os actos cuja suspensão vem requerida.

Atento o alegado pela Requerente, os elementos carreados para os autos, e a prova apresentada, não se mostra possível concluir por uma situação de facto consumado nos termos e para os efeitos do prescrito no art. 120º, alínea b) do CPTA.

No que concerne ao segundo requisito, alternativo, ou seja da “da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o requerente visa assegurar no processo principal”, valem também nesta parte os considerandos antecedentes na medida em que há que ter em conta os interesses que a Requerente visa assegurar no processo principal.

Antecipamos, pois, que no caso dos autos, atenta a prova apresentada, se nos afigura ser de assentar na inverificação do periculum in mora, já que, num juízo de prognose, não se pode concluir, pela existência, de prejuízos de difícil reparação, muitos deles resultantes, porventura, de actos diversos e subsequentes.

Os requerentes da providência cautelar terão de tornar credível a sua posição através do encadeamento lógico e verosímil de razões convincentes e objectivas nas quais sustenta a verificação dos requisitos da providência, alegando para o efeito, factos integradores daqueles pressupostos de modo



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

especificado e concreto, não sendo idónea a alegação de forma meramente conclusiva e de direito ou com utilização de expressões vagas e genéricas.

Como afirma Isabel Celeste da Fonseca, in "Introdução ao Estudo sistemático da Tutela Cautelar no Processo Administrativo", pag. 100 e 101, "na cognição cautelar defende-se a exigência de um juízo próximo da certeza sobre a produção do dano e um juízo de probabilidade sobre a existência do direito".

Assim, carece este Tribunal de alegação de factos, que permitam alicerçar a convicção de que a execução dos actos em causa provocará, segundo a teoria de causalidade adequada, prejuízos de difícil reparação ou a constituição de uma situação de facto consumado, em função, em concreto, do acto cuja suspensão vem requerida.

Não lograram pois os Requerentes provar que o requisito *periculum in mora* de que o legislador faz depender, na alínea b) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA, a adopção de uma providência cautelar conservatória se encontra preenchido.

* * *

Concluindo, improcederão os pedidos de adopção de providências cautelares aqui em análise, por não ser evidente a procedência da pretensão a formular em sede de acção principal, nem deter este Tribunal de elementos que permitam concluir pelo receio fundado de prejuízos de difícil reparação, ou da constituição de uma situação de facto consumado.

Termos em que conclui que não sendo evidente a procedência da acção principal, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 120º do CPTA, e não tendo sido demonstrado o receio de constituição de uma situação de facto



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os requerentes com a eventual sentença no processo principal, temos por não verificada uma das condições cumulativas prescritas na primeira parte da alínea b) do nº 1 do mesmo artigo (providência conservatória).

- Da responsabilidade pelas custas

A regra é a constante do art. 453º do Código de Processo Civil, da qual resulta que tendo havido oposição observar-se-á o disposto nos artigos 446º e 447º do mesmo Código.

Assim, a decisão que julgue a acção ou algum dos seus incidentes ou recursos, condenará em custas a parte que a elas houver dado causa (cfr. art. 446º, nº 1 do CPC).

Entende-se que dá causa às custas do processo a parte vencida, na proporção em que o for (cfr. art. 446º, nº 2 do CPC)

A condenação em custas não depende por isso de qualquer pedido formulado pelas partes. Nos presentes autos vencidas é a Requerente.

IV – Decisão

Pelo exposto, decide-se julgar improcedente a presente Providencia Cautelar, não condenando a Ordem dos Engenheiros no peticionado pela Requerente:

Custas pela Requerente, sendo o valor do Processo, o indicado – RCP

Registe e notifique.

Lisboa, 15 de Novembro de 2011

Frederico de Frias Macedo Branco

Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

☒ Av. D. João II, Bloco G piso 6-8, nº 1.08.01 I, 1990-097 Lisboa

☎ 218367100 Fax: 211545188

E-mail: lisboa.tac@tribunais.org.pt



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa
- Folha de Assinaturas -

**Frederico
Manuel de
Frias Macedo
Branco**

Assinado de forma digital por
Frederico Manuel de Frias Macedo
Branco
DN: givenName=Frederico Manuel de,
sn=Frias Macedo Branco, title=Juiz de
Direito, c=PT, o=ML, ou=CSTAF,
ou=Tribunal Administrativo de Circulo
de Lisboa, cn=Frederico Manuel de
Frias Macedo Branco
Dados: 2011.11.15 14:06:17 Z